

Referência: Junho/2022

CRIANÇAS GOIANAS DE 6 E 7 ANOS QUE NÃO SABEM LER NEM ESCREVER: QUAIS AS CARACTERÍSTICAS MAIS IMPACTADAS COM A PANDEMIA?

Murilo Rosa Macêdo¹
Alex Felipe Rodrigues Lima²

INTRODUÇÃO

No início do mês de fevereiro uma nota técnica do Todos Pela Educação teve grande repercussão nas mídias, com a revelação do impacto da Pandemia de covid-19 na capacidade de leitura das crianças entre 6 e 7 anos.³ De acordo com o texto, 25,1% das crianças brasileiras nessa faixa de idade não sabiam ler e escrever em 2019 e, depois de 2 anos com o grande impacto da pandemia, esse valor foi para 40,8% em 2021. Em números absolutos, o valor saiu de 1,4 milhão para 2,4 milhões em 2021.

No entanto, a Nota Técnica não traz informações sobre o comportamento nos estados brasileiros. Dessa maneira, o IMB/SGG, mais uma vez com vistas a atingir o seu objetivo de “Pensar Goiás”, revela neste Informe Técnico qual foi o comportamento desse indicador para o Estado de Goiás e a comparação com as demais Unidades da Federação.

Além disso, verificou-se quais as características socioeconômicas que foram mais impactadas com o choque de covid-19, com vistas a oferecer um diagnóstico para os gestores públicos da Educação sobre o perfil do grupo mais vulnerável. Por fim, buscou-se na literatura as evidências sobre os impactos a curto, médio e longo prazo na sociedade desse fenômeno e quais políticas públicas podem ser implementadas, de modo a atenuar esses efeitos nocivos.

A PANDEMIA DE COVID-19 E A EDUCAÇÃO

No início de 2020 o mundo foi surpreendido com a declaração de pandemia devido ao novo coronavírus identificado pela primeira vez no fim de 2019 na China. Com a globalização, velocidade de transporte e comunicação, o vírus, bem como as informações sobre ele, se espalharam de forma impressionantemente acelerada por

¹ Pesquisador em Ciências Sociais – IMB/SGG.

² Pesquisador em Estatística – IMB/SGG.

³ <https://todospelaeducacao.org.br/noticias/aumenta-em-1-milhao-o-numero-de-criancas-de-6-e-7-anos-que-nao-sabem-ler-e-escrever/>

Referência: Junho/2022

todo o globo. No mês de março de 2020, subitamente, quase todos os estados brasileiros, seguindo as medidas verificadas nos países da Ásia e Europa, decretaram o confinamento das pessoas em suas casas. O confinamento, embora mais brando no Brasil, determinava a permanência das pessoas em casa e sua saída apenas para atividades essenciais.

Dessa maneira, empresas e órgãos públicos, sempre que possível, passaram a exercer suas atividades de forma remota. Seguindo o confinamento, o Ministério da Educação publicou no dia 17 de março de 2020 a portaria 343, determinando que as aulas presenciais fossem suspensas em todo o país e, para a continuidade da aprendizagem, o ensino passou a ser exercido de forma remota, por meio do uso das tecnologias da informação e comunicação (TIC), tanto na rede pública quanto privada de ensino. Essa mudança causou grandes impactos na aprendizagem dos estudantes, em especial nas fases de alfabetização, como abordado neste informe para o caso de Goiás.

A entrada repentina no confinamento exigiu sérias adaptações para as pessoas, instituições e governos. No caso da educação, o ensino remoto foi a principal delas. Primeiramente, é importante diferenciar essa modalidade de ensino. Ensino remoto não é o mesmo que ensino a distância. O ensino a distância é uma modalidade de ensino que existe há muito tempo e possui metodologia própria. O ensino a distância precede a própria globalização e as TIC, por exemplo cursos por correspondência. Neste sentido, o ensino a distância possui metodologias próprias que visam a aprendizagem de acordo com as circunstâncias previamente acordadas e esperadas entre estudante e professor.

No ensino remoto, o processo de aprendizagem ocorre de forma diferente. O ensino remoto ocorrido na pandemia foi uma adaptação à condição de distanciamento social imposta pela pandemia, sem planejamento e acordo prévios entre estudantes, docentes e comunidade escolar. Essa característica evidencia a dificuldade de aprendizagem desse período. No ensino a distância que fazem uso das TIC, o ensino ocorre de forma atemporal baseado em aulas assíncronas com tutorias e avaliações em ambiente virtual, feitas para o ambiente virtual. Por outro lado, no ensino remoto as aulas ocorrem em tempo real (síncronas) nas quais professores e alunos interagem de acordo com os horários fixos das disciplinas, como ocorreria no ensino presencial (ARRUDA, 2020).

Referência: Junho/2022

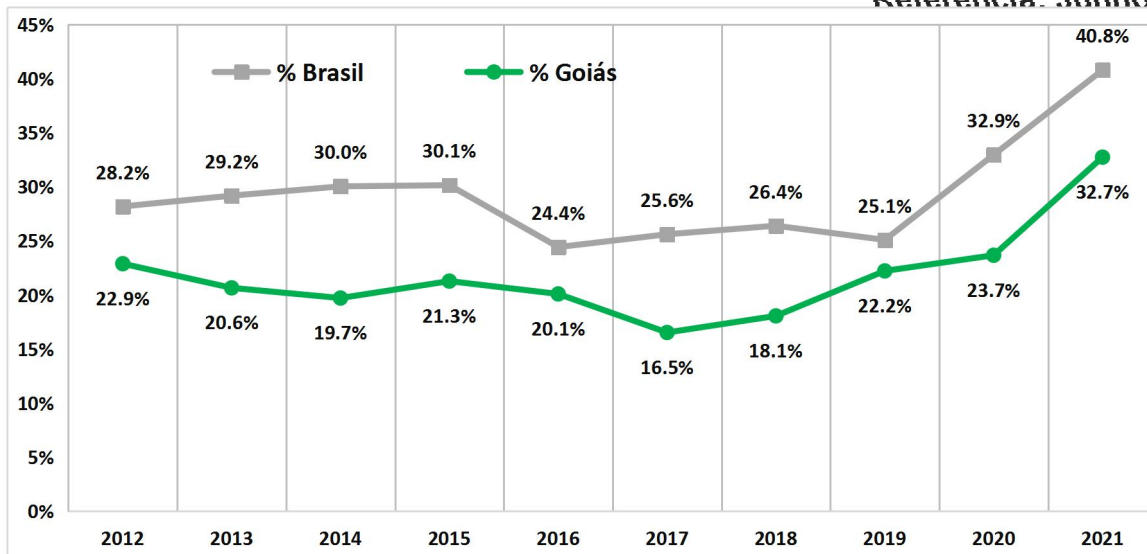
A forma improvisada em que se deu o ensino remoto na pandemia é o primeiro grande empecilho à boa aprendizagem deste período, o segundo são as brechas digitais (Albuquerque *et al.* 2022). Brechas digitais são as diferenças de acesso às ferramentas necessárias para a utilização das tecnologias da informação e comunicação (computador, celular, conexão de internet, etc.). Além do acesso a essas ferramentas, as brechas digitais se revelam na desigualdade de conhecimento e familiaridade que pessoas em distintos contextos sociais têm no manuseio destas mesmas ferramentas. Em um país de renda mediana e com grande desigualdade social como o Brasil, e o estado de Goiás em particular, as brechas digitais são ainda mais relevantes e impactam de maneira negativa ainda mais a aprendizagem com ensino remoto.

Muitos estudos e pesquisa ainda serão realizadas para captarem o real impacto do distanciamento social na educação. Para o presente informe, o IMB, assim como o Todos Pela Educação, escolheu analisar, através da PNAD-C (IBGE) o comportamento do indicador de alfabetização das crianças com idade entre 5 e 6 anos. Desse modo, observa-se pela Figura 1 que o percentual de crianças que não lê e não escreve no Estado de Goiás cresceu entre 2019 e 2021, saindo de 22,2% para 32,7% respectivamente, assim como o indicador brasileiro, porém com menor taxa de crescimento⁴.

Gráfico 1: % de crianças que não sabem ler nem escrever no Brasil e no Estado de Goiás

⁴ Ver em Anexo (Tabela 1a).

Referência: Junho/2022



Fonte: PNAD-C/IBGE
Elaboração: IMB/SGG

Com relação ao ranking nacional, esse percentual colocou o Estado de Goiás na quinta posição das menores taxas de analfabetismo para essa faixa etária. O Top 4 é composto pelo Distrito Federal, seguido pelos estados do Rio de Janeiro, Santa Catarina e Paraná. Vale ressaltar que, independentemente do ano de análise (2012 - 2021), Goiás sempre esteve entre os 10 estados com as menores taxas de crianças de 5 e 6 anos que não sabem ler nem escrever.

Tabela 1: Ranking crescente por Unidade da Federação do percentual de crianças entre 6 e 7 anos que não sabem ler nem escrever

UF	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Rondônia	11	10	9	3	5	9	4	2	19	7
Acre	22	24	23	24	18	22	20	15	7	25
Amazonas	17	19	22	17	19	20	18	23	9	10
Roraima	21	17	15	18	14	13	19	10	13	6
Pará	27	25	25	26	27	27	26	27	27	23
Amapá	23	13	16	25	26	23	17	20	22	27
Tocantins	14	15	20	15	16	14	21	16	14	9
Maranhão	26	26	27	27	25	26	27	25	23	24
Piauí	24	23	24	21	24	12	14	19	17	17
Ceará	13	14	13	13	12	16	13	11	18	14
Rio Grande do Norte	25	27	26	22	20	24	23	26	26	21
Paraíba	16	18	17	20	21	18	15	24	21	16
Pernambuco	19	16	14	14	15	15	16	13	8	18
Alagoas	20	22	21	23	23	25	25	22	24	26
Sergipe	15	20	19	19	17	19	24	21	25	19
Bahia	18	21	18	16	22	21	22	18	15	22
Minas Gerais	6	9	3	2	3	7	7	3	3	8
Espírito Santo	12	11	11	9	8	10	9	12	11	11

	Referência: Junho/2022									
Rio de Janeiro	7	4	6	7	2	2	1	1	1	2
São Paulo	5	2	4	5	4	6	8	7	10	13
Paraná	2	3	1	1	1	1	2	4	6	4
Santa Catarina	4	7	5	6	6	8	5	8	5	3
Rio Grande do Sul	9	8	10	12	10	5	11	6	16	12
Mato Grosso do Sul	3	6	7	10	9	17	12	17	20	20
Mato Grosso	10	12	12	8	11	11	10	14	12	15
Goiás	8	5	2	4	7	3	3	9	4	5
Distrito Federal	1	1	8	11	13	4	6	5	2	1

Fonte: PNAD-C/IBGE

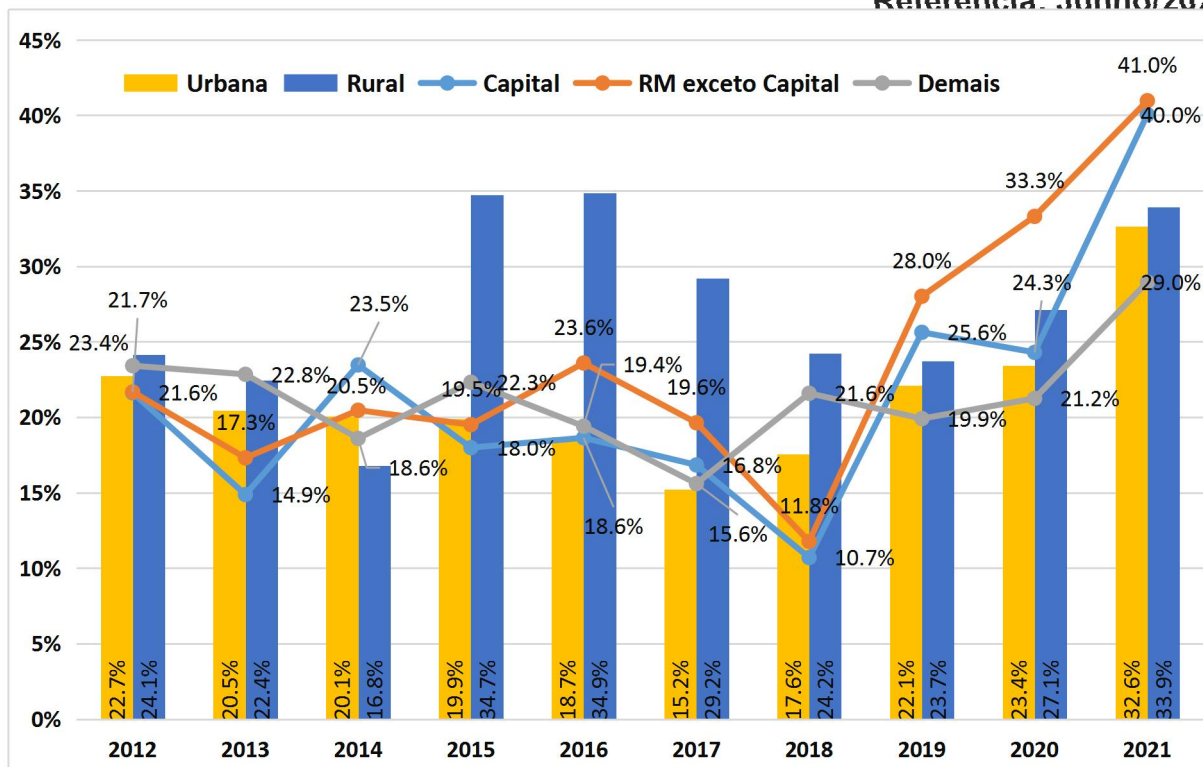
Elaboração: IMB/SGG

A localização dessas crianças que estão enfrentando maiores dificuldades para a alfabetização é de suma importância para a solução do problema. Neste sentido, a PNAD-C possibilita ver os números com relação à capital, Goiânia, aos demais municípios da Região Metropolitana e aos municípios do interior do estado. No gráfico 2, chama atenção a que os municípios da Região Metropolitana, incluindo Goiânia, apresentaram muito maior dificuldade para alfabetizar as crianças.

Nos municípios do interior o percentual de crianças entre 6 e 7 anos que não sabiam ler nem escrever saiu de 19,9% em 2019 e passou para 29,0% em 2021, demonstrando que também enfrentam essa dificuldade. Na RMG, a taxa de analfabetismo partiu de 25,6% em Goiânia e 28,0% nos demais municípios da RMG, em 2019, para 40,0% e 41,0%, respectivamente, configurando-se num salto muito maior. Vários fatores podem estar relacionados a isso, por exemplo o fato de que a pandemia de covid-19, mesmo não poupando nenhum território do globo, foi mais incisiva em áreas mais povoadas, ou seja, nas grandes aglomerações urbanas.

Gráfico 2: Percentual de crianças entre 6 e 7 anos que não sabem ler e escrever por Localidade (Urbana e Rural) e Região (Capital, Região metropolitana exceto Capital e Demais municípios)

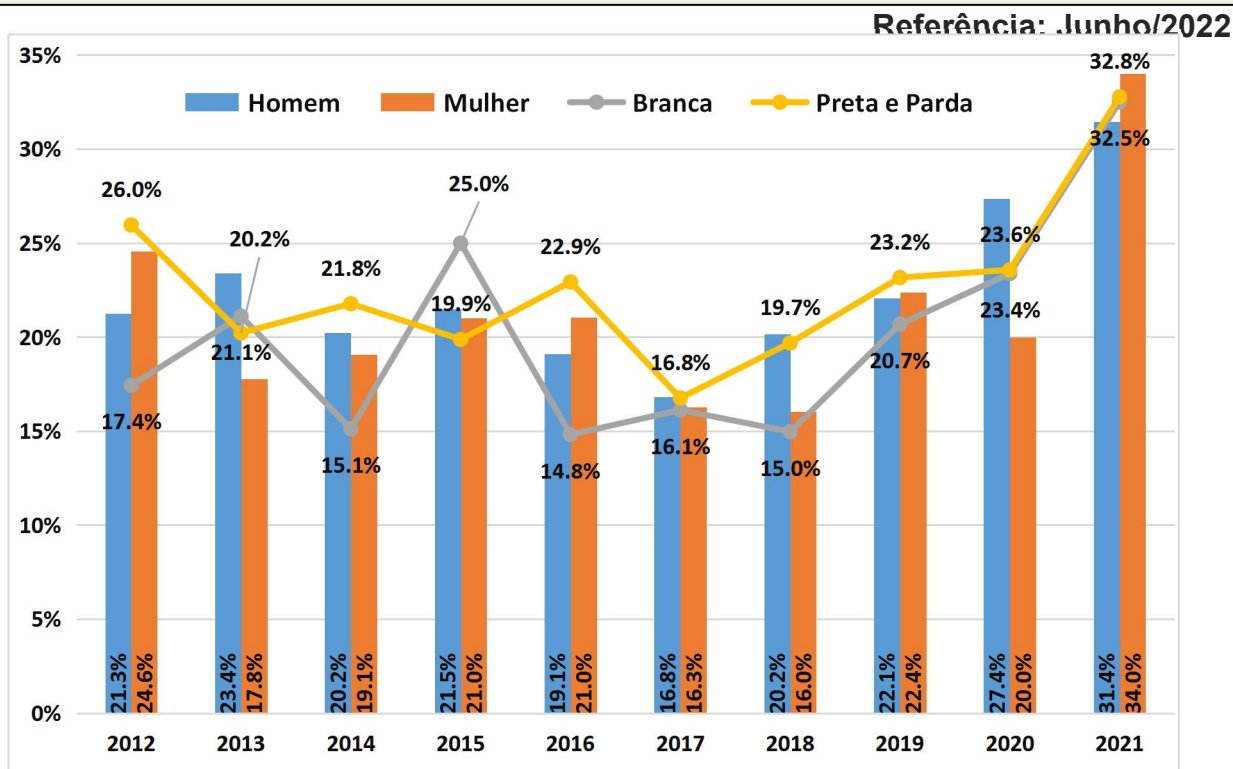
Referência: Junho/2022



Fonte: PNAD-C/IBGE
Elaboração: IMB/SGG

Em sociedades miscigenadas e desiguais como Brasil e Goiás, o recorte por raça é sempre relevante quando se analisa a educação. No gráfico abaixo são mostradas as taxas de analfabetismo para crianças entre 6 e 7 anos, para negros (pretos mais pardos) e brancos. Chama a atenção que, embora antes da pandemia o analfabetismo fosse maior entre negros que brancos, com o distanciamento social, há uma convergência para pior entre as duas categorias em um patamar muito mais elevado que no período pré-pandemia.

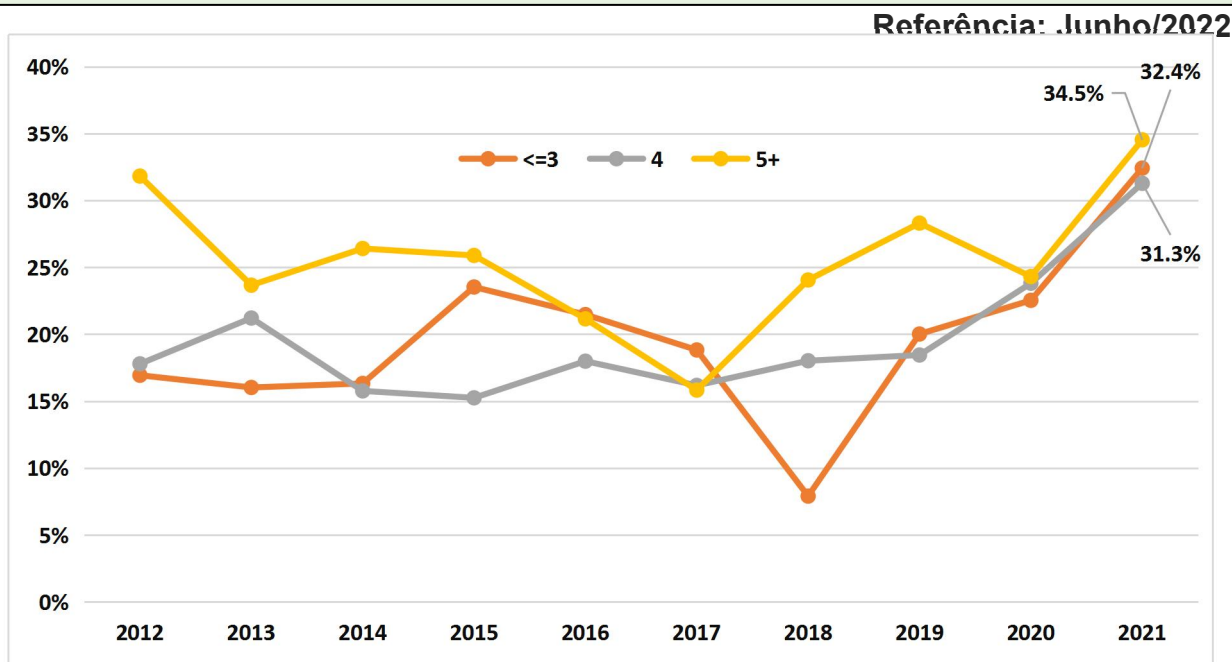
Gráfico 3: Percentual de crianças entre 6 e 7 anos que não sabem ler e escrever por sexo e raça



Fonte: PNAD-C/IBGE
Elaboração: IMB/SGG

Embora ocorra variações ao longo dos anos, há uma tendência de que crianças que vivem em domicílios com maior quantidade de moradores tenham maiores dificuldades em se alfabetizar. No entanto, durante os anos de pandemia, ocorre uma nova convergência, em patamar elevado, para as crianças que moram em domicílios nos quais residem menos de 3 pessoas, 4 pessoas e mais de 5 pessoas, conforme o gráfico 4, abaixo.

Gráfico 4: Percentual de crianças entre 6 e 7 anos que não sabem ler e escrever pela quantidade de moradores no domicílio

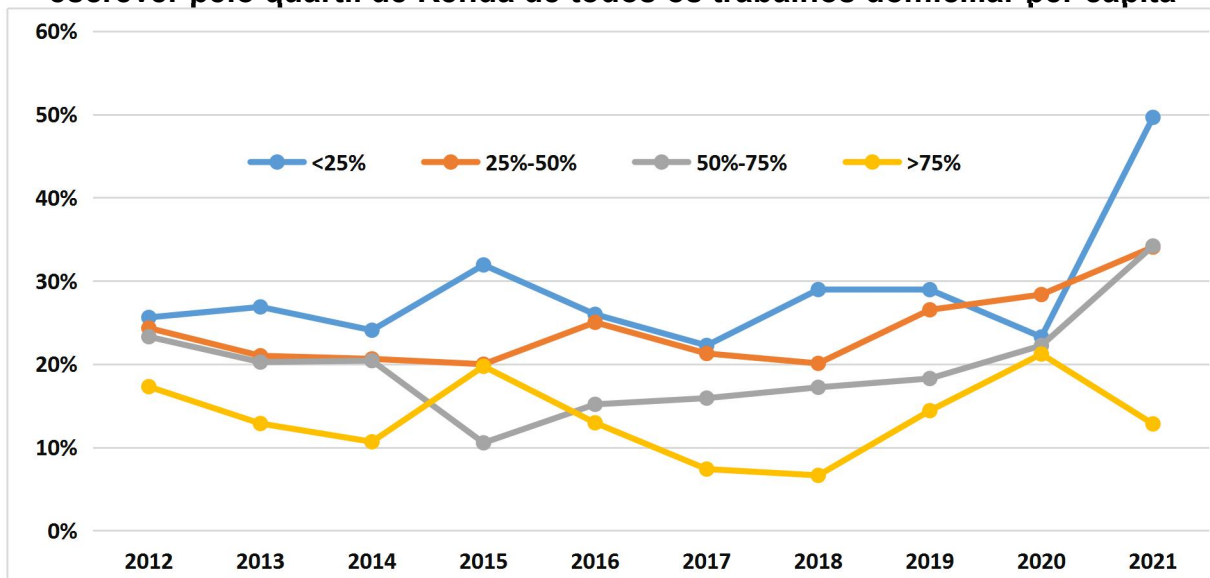


Fonte: PNAD-C/IBGE
Elaboração: IMB/SGG

Uma condição necessária do ensino remoto é o uso das TIC, uma vez que o próprio processo de ensino-aprendizagem é mediado por essas tecnologias. Além disso, o acesso a essas tecnologias depende de recursos financeiros tanto para a posse dos equipamentos necessários à sua utilização (computadores, tablets ou mesmo celulares) como para o pagamento dos serviços que disponibilizam o acesso à internet e outros softwares facilitadores da aprendizagem. Além dessas questões, é importante notar que a maior renda implica em outras questões facilitadoras do processo de aprendizagem, como ambientes adequados em casa, para os estudos, tempo livre de dedicação de pais ou responsáveis, para o acompanhamento das crianças, entre outros.

Nesse sentido, nota-se, no gráfico 5, a desigualdade na alfabetização das crianças goianas de acordo com a renda. Interessante notar no gráfico a dificuldade trazida pelo ensino remoto. Como nos recortes anteriores, no ano de 2020, há uma convergência para maior analfabetismo em todas as faixas de renda, demonstrando a dificuldade imposta pela súbita entrada no ensino remoto, independente da classe social da criança. Porém, no ano de 2021, é perceptível que o analfabetismo continua aumentando nas faixas de renda dos 3 quartis inferiores, enquanto que no quartil de maior renda o analfabetismo volta a cair e aproxima-se do nível pré-pandemia.

Gráfico 5: Percentual de crianças entre 6 e 7 anos que não sabem ler e escrever pelo quartil de Renda de todos os trabalhos domiciliar per capita

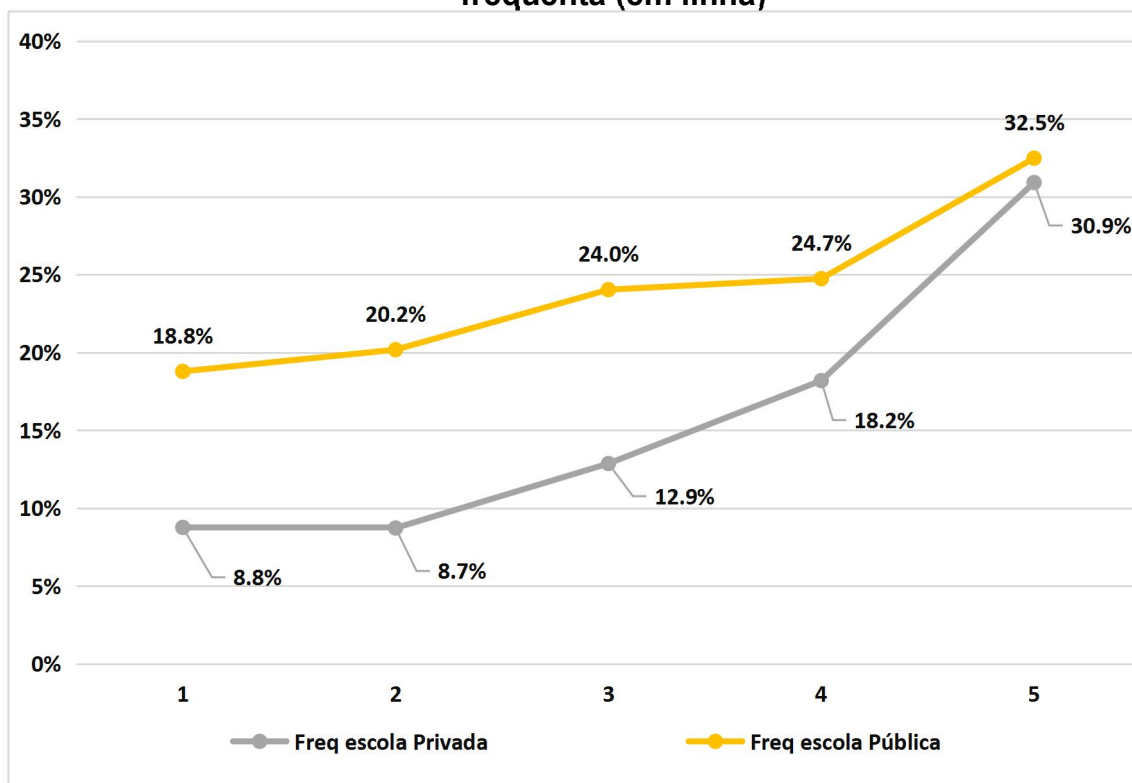


Fonte: PNAD-C/IBGE
Elaboração: IMB/SGG

A frequência na escola e a rede de ensino do aluno (pública ou privada) também são critérios importantes para a análise sobre alfabetização. Neste sentido, o gráfico 6 mostra a taxa de crianças de 6 e 7 anos que não sabem ler nem escrever de acordo com esses critérios entre os anos de 2017 e 2021. Nos anos anteriores à pandemia, o analfabetismo era relativamente maior nas escolas públicas, em Goiás. No entanto, novamente há uma convergência em patamar elevado entre as redes públicas e privadas do estado. Isso demonstra que o ensino remoto foi um desafio de proporções parecidas tanto para o ensino público quanto para o privado.

Esse dado é importante por enfatizar a desigualdade no acesso ao direito fundamental que é a educação. Em todos os outros gráficos mostrava-se a desigualdade pré-pandemia e uma temporária e indesejável igualdade no período em que prevaleceu o ensino remoto. Indesejável, pois, foram diferentes as características sociais que se igualaram em um patamar de menor aprendizado. No entanto, este gráfico de renda revela que a pandemia agravou a desigualdade no acesso à educação, uma vez que, para famílias de renda mais alta, as dificuldades trazidas pela pandemia exigiram uma adaptação já em vias de superação enquanto que, nas famílias de menor renda, as dificuldades na aprendizagem podem permanecer por muitos anos devido à maior dificuldade de acesso às TIC.

Gráfico 6: Percentual de crianças entre 6 e 7 anos que não sabem ler e escrever pela situação de frequência escolar (barras) e por tipo de escola que frequenta (em linha)



Fonte: PNAD-C/IBGE
Elaboração: IMB/SGG

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pandemia de covid-19, provocada pelo novo coronavírus, pegou o mundo todo de surpresa e exigiu bruscas mudanças nos comportamentos das pessoas em todas as esferas da vida social, desde as relações interpessoais até ao mundo do trabalho e, com a educação não foi diferente. O presente informe técnico buscou abordar os efeitos do ensino remoto na alfabetização das crianças goianas.

Fica evidente que houve muitos impactos negativos que perpassaram todas as crianças, sejam negras, brancas, das redes públicas ou privadas de ensino, bem como de todas as classes sociais. No entanto, é importante frisar que as crianças em contexto de maior vulnerabilidade foram mais impactadas, uma vez que possuem maior dificuldade de acesso e menos familiaridade com as novas tecnologias de informação e comunicação. Essas TICs se tornaram ferramentas essenciais na mediação do ensino em geral e da alfabetização, em particular.

Referência: Junho/2022

Embora este informe tenha focado na alfabetização, é importante notar que os atrasos ocorreram em todas as faixas de ensino. Ademais, para além do desempenho escolar, medido por critérios objetivos, a educação e o ambiente escolar é de suma importância para a formação do ser, do cidadão e a vida em sociedade.

O impacto negativo transversal denota a falta de planejamento para uma situação como a que ocorreu, embora reconheça-se a dificuldade de se planejar para uma situação tão excepcional como a de uma pandemia. Ademais, evidencia-se que a introdução de tecnologias no ensino é uma necessidade. Ressalta-se que as dificuldades não foram enfrentadas apenas pelos alunos. Os professores também sofreram de forma considerável no novo contexto, relatos de sobrecarga de trabalho e dificuldade no uso das TICs também fizeram parte do dia a dia dos professores no auge do ensino remoto.

Por outro lado, algumas boas práticas surgiram desse contexto. Uma delas ocorreu no próprio Estado de Goiás com algumas escolas enviando mensagens por SMS aos familiares dos estudantes para que estes se mantivessem mais integrados à escola e em dia com as atividades escolares (Lichand *et al.* 2021). A Secretaria de Estado de Educação atuou (e atua) em alguns programas que visam atenuar tais problemas. Dentre esses programas, destaca-se o Programa AlfaMais.

O AlfaMais é um programa instituído pela lei nº 21.071/21 que visa a redução dos índices de alfabetização incompleta e letramento insuficiente entre crianças matriculadas nas redes públicas de ensino, garantir que todos os estudantes estejam alfabetizados na idade certa, ao final do segundo ano do ensino fundamental e melhorar o desempenho no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica de Goiás (IDEGO) e no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Para tanto são previstas parcerias com todos os municípios, produção de material específico para esse fim, treinamento de professores, bolsas para os professores e servidores em geral participantes do programa, dentre outras medidas.

Neste sentido, ressalta-se também o grande empenho de professores e da comunidade escolar para manter os alunos matriculados e estudando, por exemplo, ao imprimir e construir sistemáticas de distribuição de atividades na escola para os alunos que não tinham como acessar os materiais por si.

Referência: Junho/2022

As TICs se mostraram ferramentas úteis na educação, porém há que se tomar cuidado para que o desejo de modernização e uso dessas tecnologias não leve a uma desigualdade ainda maior, no acesso à educação. Por fim, se por um lado o distanciamento social mostrou que a evolução tecnológica permite a solução de muitos problemas para a produção e a aprendizagem humanas, por outro comprovou a essência social do ser humano e que nada substitui a convivência física entre as pessoas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, C. V. DE, CORDEIRO, A. M. R., ALCOFORADO, J. L. M., & CARVALHO, J. A. R. de. (2022). *A covid-19 e os impactos no sistema educacional de Pernambuco*. Revista Ibero-Americana De Humanidades, Ciências E Educação, 8(2), 895–911.

ARRUDA, Eucídio Pimenta. *Educação remota emergencial: elementos para políticas públicas na educação brasileira em tempos de Covid-19*. EmRede: Revista de Educação a Distância, Porto Alegre, v. 7, n. 1, p. 257-275, 2020. Disponível em: <https://www.aunirede.org.br/revista/index.php/emrede/article/view/621>. Acesso em: 13 ago. 2020

BARRETO, J. DA S, AMORIM, M. R. O. R. M., & CUNHA, C. DA. (2020). *A pandemia da covid-19 e os impactos na educação*. Revista JRG De Estudos Acadêmicos, 3(7), 792–805.

CARVALHO, A. S. M. *et al.* (2022). *Direito à Educação: impactos pandêmicos na Desigualdade*. Research, Society and Development, v. 11, n. 1.

Ferreira, E. C. da Silva, Gomes & A. R., (2022). A pandemia e seus impactos na educação brasileira: a maximização da desigualdade social. Revista Eixo, v.11 n. 1, 58-67.

LICHAND, GUILHERME AND CHRISTEN, JULIEN AND VAN EGERAAT, EPIE, *Do Behavioral Nudges Work Under Remote Learning? Evidence from Brazil During the Pandemic* (April 27, 2022). University of Zurich, Department of Economics, Working

Paper No. 363, (2021) Revised version, Available at
Referência: Junho/2022
 SSRN: <https://ssrn.com/abstract=3724386> or <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3724386>

PEREIRA, A. de Jesus, NARDUCHI, F., MIRANDA, & M. GERALDA de. (2020). *Biopolítica e Educação: os impactos da pandemia do Covid-19 nas escolas públicas*. Revista Augustus, v. 25, n. 51, 219-236.

RIBEIRO DA SILVA, I.; MELINA BECKER DA SILVA, A. *O impacto da pandemia Covid-19 na Educação Física escolar: uma revisão integrativa da literatura*. Pensar a Prática, Goiânia, v. 25, 2022. DOI: 10.5216/rpp.v25.66952. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/fef/article/view/66952>. Acesso em: 7 jun. 2022.

VIEIRA, M. F. & SECO, C. (2020). *A Educação no contexto da pandemia de COVID-19: uma revisão sistemática da literatura*. Revista Brasileira de Informática na Educação. 28, 1013-1031.

Anexo:

Tabela 1a: Percentual de crianças entre 6 e 7 anos que não sabem ler nem escrever por Unidade da Federação entre 2012 e 2021

UF	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Rondônia	24,9%	23,5%	23,7%	21,2%	17,3%	20,2%	18,5%	14,0%	40,0%	35,9%
Acre	41,1%	50,8%	44,2%	49,1%	30,9%	39,1%	35,5%	28,8%	29,0%	56,2%
Amazonas	35,0%	40,0%	42,6%	38,9%	32,5%	34,7%	34,7%	38,4%	29,7%	38,9%
Roraima	38,4%	35,7%	36,1%	39,6%	28,0%	25,8%	35,4%	23,6%	35,2%	34,6%
Pará	51,4%	51,3%	50,3%	53,3%	43,7%	51,9%	48,0%	45,9%	49,7%	50,5%
Amapá	42,7%	30,8%	37,1%	52,9%	42,8%	41,4%	33,2%	34,3%	44,7%	65,7%
Tocantins	31,4%	34,4%	39,9%	35,8%	30,1%	25,9%	35,9%	29,4%	36,8%	36,7%
Maranhão	50,7%	52,2%	53,5%	55,2%	42,4%	48,0%	49,4%	39,9%	45,0%	55,8%
Piauí	43,1%	49,9%	44,8%	42,2%	39,5%	25,2%	30,2%	34,0%	38,4%	47,0%
Ceará	28,4%	33,9%	33,5%	28,8%	25,4%	29,0%	27,0%	25,4%	39,1%	43,8%
Rio Grande do Norte	49,5%	53,9%	52,7%	47,7%	33,4%	45,4%	37,6%	40,5%	48,7%	49,6%
Paraíba	34,1%	39,2%	37,7%	42,1%	33,4%	31,4%	31,9%	38,9%	43,5%	45,9%
Pernambuco	37,8%	35,6%	34,4%	30,3%	28,8%	28,8%	32,0%	27,6%	29,1%	47,7%
Alagoas	37,9%	42,5%	41,2%	48,6%	37,9%	46,8%	42,5%	37,2%	45,8%	61,6%
Sergipe	32,9%	40,2%	39,8%	40,4%	30,4%	31,5%	37,9%	34,8%	47,7%	47,9%
Bahia	37,8%	41,8%	38,9%	38,0%	37,6%	38,0%	36,8%	31,5%	37,9%	50,4%
Minas Gerais	19,7%	22,8%	20,7%	19,6%	15,3%	19,1%	20,0%	14,1%	23,0%	36,1%
Espírito Santo	27,6%	25,5%	26,6%	24,6%	20,2%	22,8%	20,6%	26,7%	34,2%	39,8%

	Referência: Junho/2022									
Rio de Janeiro	19,9%	18,7%	22,6%	24,2%	15,2%	14,6%	11,4%	10,8%	21,0%	23,1%
São Paulo	19,0%	17,1%	21,5%	22,2%	16,1%	17,6%	20,4%	21,4%	30,3%	41,2%
Paraná	16,9%	17,2%	14,5%	13,5%	13,3%	14,4%	17,8%	16,2%	28,9%	31,9%
Santa Catarina	18,9%	21,4%	22,5%	23,0%	18,8%	19,8%	18,9%	21,5%	25,3%	28,0%
Rio Grande do Sul	23,1%	22,6%	24,7%	27,2%	21,7%	17,5%	23,9%	19,6%	38,3%	39,8%
Mato Grosso do Sul	18,2%	20,9%	22,8%	24,9%	21,7%	30,2%	25,1%	30,1%	41,2%	48,2%
Mato Grosso	24,1%	26,7%	27,2%	24,4%	22,6%	24,7%	20,9%	28,5%	34,4%	44,2%
Goiás	22,9%	20,6%	19,7%	21,3%	20,1%	16,5%	18,1%	22,2%	23,7%	32,7%
Distrito Federal	16,0%	16,1%	23,2%	25,3%	25,9%	17,0%	19,5%	17,4%	23,0%	22,2%

Fonte: PNAD-C/IBGE

Elaboração: IMB/SGG